

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.300.197 - RJ (2018/0126007-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**
ADVOGADOS : **SORAIA GHASSAN SALEH - RJ127572**
 ALEX TAVARES DA SILVA - RJ163924
 ANAPaula DO NASCIMENTO MOURA - RJ094253
AGRAVADO : **JOSE ANTONIO DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **GISELE MARIA DE SOUZA ESTEVES - RJ131416**
 MARCELO SERPA SALVIANO - RJ131417
INTERES. : **ASPEN COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMOVEIS LTDA**
ADVOGADO : **FERNANDO DELGADO DE ÁVILA - RJ031461**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). DEVER DE INDENIZAR. PRETENSÃO QUE DEMANDA O REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que inadmitiu o recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 404):

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA.

1. A parte autora formulou o pleito de restituição do valor pago pelo veículo devidamente corrigido e atualizado à época do efetivo pagamento ou a substituição do mesmo por outro da mesma importância e espécie, com acréscimo da correção e atualização, além de danos morais e disponibilização de carro reserva até o julgamento da ação.

2. Sentença que condenou as Rés a pagarem ao Autor, solidariamente, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de abatimento do preço pelo vício no produto, na forma do Artigo 18, Parágrafo 1º, III do Código de Defesa do Consumidor, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais.

3. Ausência de pedido da parte autora quanto a abatimento pelo vício constatado.

4. Violação ao princípio da congruência na forma expressamente prevista no art. 128 e vedada pelo art. 460 do CPC.

NULIDADE RECONHECIDA, RESTANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO DAS APELAÇÕES.

Opostos embargos de declaração, às fls. 579-585, e-STJ, foram rejeitados em decisão de fls. 589-593, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 607-615), a parte recorrente alega violação ao artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor, e ao artigo 186, do Código Civil. Aduz, essencialmente, que o simples fato do veículo apresentar problemas não configuraria ato ilícito capaz de ensejar o pagamento de indenização e que *"a possibilidade de o consumidor ter a opção de troca ou a restituição do valor pago pelo produto ocorre apenas quando esse se torna impróprio para utilização ou ter o seu valor diminuído, obviamente quando é decorrente de vício de fabricação"* (e-STJ, fl. 613). Apesar de intimado, o recorrido deixou de apresentar contrarrazões (fl. 633, e-STJ). Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 635-639), que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 662-670), a parte agravante impugnou especificamente os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A controvérsia diz respeito à irresignação da recorrente quanto ao reconhecimento, pelo Tribunal de origem, de que haveria o dever de indenizar a recorrida, em razão da venda de veículo com defeitos.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal *a quo*, após a análise do conjunto

fático-probatório dos autos, concluiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente e clara, que:

"(...) comprovado que o defeito no veículo é de fabricação, e que, ainda, houve clara tentativa da Primeira Ré em encobrir o problema, resta caracterizada a responsabilidade das Demandadas pelo vício. (...) não se mostra razoável que o Autor devolva às Rés um veículo desgastado, corroído pelo próprio tempo, e tenha a seu favor a devolução de um novo automóvel, em perfeito estado e nunca usado, ou, ainda, ao preço originalmente pago e corrigido monetariamente. Seria, por certo, hipótese de enriquecimento sem causa. D'outra banda, é adequada a adoção da medida mencionada no Artigo 18, Parágrafo 1º, III do Código Consumerista, com o abatimento proporcional do preço referente ao vício constatado no valor total do automóvel, que entendo razoável ser estipulado na faixa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), considerando o valor original do bem. "(e-STJ, fl. 322).

"(...) A compra do veículo nas condições relatadas e as diversas entradas do mesmo na oficina da concessionária foram devidamente demonstradas (index 000030/000036). Durante a instrução do processo foi realizada perícia técnica (index 000238/000251), tendo o expert concluído que o problema de fato existe, tendo sido camuflado desligando o sensor, em vez de substituir o vidro, como deveria. (...) demonstrado o vício do produto e do serviço de assistência técnica, exsurge o dever de reparar, na forma prevista no artigo 18 da lei nº 8.078/1990. Assim, considerando que a lei confere ao consumidor a escolha da forma de reparação do vício, não merece reforma a sentença, na parte que determina a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada." (e-STJ, fls. 573-576).

Desse modo, diante dos elementos de fato e de prova delineados nos autos, os quais foram suficientes para formar a convicção do juízo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula nº 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE

TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO. SÚMULA 83 DO STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. *As conclusões do Tribunal de origem em relação ao início da contagem do prazo prescricional, afastamento da prescrição, e reconhecimento do dever de indenizar, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.*

4. *A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284-STF.*

5. *Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 1.153.161/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019, grifei)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. INVERSÃO DE ENTENDIMENTO. ÓBICE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. *No que tange à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.*

2. *Para o acolhimento da tese recursal da inexistência de dano indenizável, seria imprescindível para derruir as conclusões contidas no decisum atacado, nova incursão no*

conjunto fático-probatório dos autos e análise das cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas 5 e 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

3. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.419.460/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 31/05/2019, grifei).

Destarte, ante a incidência do óbice da Súmula 7/STJ, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator